

A experiência docente de ensino de relações étnico-raciais na universidade pública federal: a adaptabilidade de disciplinas optativas¹

Pedro Henrique CONCEIÇÃO DOS SANTOS²
Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ

RESUMO

Neste trabalho, proponho uma reflexão acerca da possibilidade do ensino de relações étnico-raciais a partir de sua adaptabilidade a disciplinas optativas. Parto da autoetnografia para exemplificar dois casos ocorridos durante minha atuação como professor substituto. A partir do questionamento sobre quais são as possibilidades de criar disciplinas com conteúdo de relações étnico-raciais, parto da hipótese de que a falta de discussão sobre o tema reside na falta de interlocutores, ou seja, professoras negras e professores negros. Espero que este trabalho auxilie na discussão sobre a implementação das relações étnico-raciais como tema urgente na Comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino; Relações Étnico-Raciais; Ensino Superior; Comunicação; Experiência Docente.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, proponho a seguinte reflexão: quais são as possibilidades do ensino de relações étnico-raciais na Comunicação? Esta pergunta surge no momento que assumo meu lugar como professor no Departamento de Comunicação Social (GCO) da Universidade Federal Fluminense (UFF), como substituto, e me deparo com a possibilidade de lecionar, após ser chamado pela instituição.

Reservo-me o direito de apresentar este texto em primeira pessoa pois me utilizo da autoetnografia como método qualitativo de pesquisa, a ser melhor detalhado na seção sobre o assunto. Assim como Versiani (2002) aponta, a minha tentativa aqui é de quebrar a dicotomia sujeito/objeto e, nesse sentido, esta produção é a (des)objetificação do trabalho, partindo do ponto que a construção de subjetividades e do próprio conhecimento não se dão apenas de maneira objetiva, como pretende o saber tradicional, mas principalmente a partir do reconhecimento de outras possibilidades.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação Antirracista e Pensamento Afro diaspórico, 24º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor substituto no departamento de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense. Doutor em Mídia e Cotidiano pelo Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano, email: pedrohenrique.cdossantos@gmail.com

Além disso, no que diz respeito aos grupos subalternizados, o direito à voz reside, também, na posição de não ser apenas o etnografado, mas também o etnógrafo. Ao assumir a posição de etnógrafo que se observa e repara nos demais a sua volta, sinto ser capaz de registrar, ainda que de maneira não sistematizada, informações que são pertinentes e que, ao mesmo tempo, valorizo meu ponto de vista enquanto pessoa negra.

Ao longo de minha graduação em Produção Cultural pela mesma instituição que atualmente leciono, só tive a experiência de ter aula com uma professora negra uma única vez, isso porque ela fazia de outro Departamento³. Foi em uma disciplina de primeiro período de uma disciplina oferecida pelo curso de Administração. Em nenhum outro momento, tive a oportunidade de cursar uma matéria com um professor negro ou uma professora negra. Isso porque, até hoje, são poucas as professoras negras e poucos os professores negros efetivos em cursos do Instituto de Arte e Comunicação Social.

Nesse sentido, como discutir sobre relações étnico-raciais sem a presença de professoras negras e professores negros? Graças à presença de professoras e professores negros como substitutos, isso tem se alterado. Além disso, os cursos têm incluído a discussão étnico-racial em disciplinas optativas e têm sido criadas cadeiras que discutem, exclusivamente, o tema dentro de disciplinas obrigatórias em cursos como o de Publicidade e Propaganda — Comunicação e Relações Étnico-Raciais (60 horas)⁴ — e Jornalismo — Jornalismo e Relações Étnico-Raciais (30 horas)⁵.

Após a assinatura do contrato, soube que deveria ofertar um total de 120 horas em disciplinas, que poderiam ser divididas conforme minha disponibilidade. Esperava oferecer alguma das disciplinas existentes que discutem sobre questões raciais. No entanto, não poderia ofertá-la, assim como outras disciplinas de temática afim. Obviamente, tenho um repertório que poderia ser aplicado em outras disciplinas optativas, mas eu realmente gostaria de oferecer cursos que levantassem a discussão racial. Principalmente levando em consideração que o departamento não conta com professoras negras ou professores negros em seu quadro de profissionais efetivos.

Desta maneira, pensando sobre essa possibilidade, procurei disciplinas que pudessem ser repensadas a partir das discussões étnico-raciais. Dentro do cotidiano das universidades públicas federais existe a possibilidade de oferta de disciplinas optativas.

³ Algumas disciplinas das grades de cursos das universidades públicas federais não são ministradas pelo departamento o qual o curso é integrante.

⁴ Disciplinas de 60 horas possuem carga horária de 4 horas semanais.

⁵ Disciplinas de 30 horas possuem carga horária de 2 horas semanais.

Diferentemente das disciplinas obrigatórias, que o corpo discente compulsoriamente se matricula, cursadas dentro da periodização sugerida pelos cursos, as disciplinas optativas podem ser acessadas a partir de um determinado momento da trajetória da graduação, sem uma periodização específica e com a possibilidade de abordagens específicas a partir de ementas com temáticas mais ampliadas, ou seja, com maior adaptabilidade da maneira como a professora ou o professor pretende conduzi-la.

Com este horizonte apontado, eis que surgem as opções para lecionar e escolho quatro disciplinas (30 horas), sendo duas delas disciplinas mais abrangentes. A primeira é chamada “Tópicos especiais sobre o audiovisual I” (GCO00300), com a temática do audiovisual sendo a norteadora das discussões. A segunda é intitulada “Tópicos Especiais em Mídia Impressa I” (GCO00438), sendo reservada para a discussão de mídias impressas, como revistas e jornais.

Com esse preâmbulo, o artigo tem como objetivo principal discutir sobre a dimensão das disciplinas optativas como um possível caminho para a inserção dos temas atrelados às discussões sobre relações étnico-raciais. Partimos das seguintes justificativas de pesquisa. Em primeiro lugar, científica, que busca desvelar certos parâmetros problemáticos que discorrem sobre impossibilidades de ensino sobre a temática racial, vista com desdém por certos setores da ciência. Em segundo lugar, existe uma justificativa pedagógica, uma vez que existe a obrigatoriedade do ensino das relações étnico-raciais no contexto brasileiro, como veremos a seguir. Por fim, há uma justificativa política de demarcação de território na educação que é nosso por direito. “O lixo vai falar, e numa boa”, parafraseando Gonzalez (2020)

REFERENCIAL TEÓRICO

Em primeiro lugar, gostaria de apresentar as legislações e documentos que auxiliam na demarcação sobre o ensino sobre as relações étnico-raciais na graduação brasileira. A lei nº 10.639 (Brasil, 2003) inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Já a lei nº 11.645 (Brasil, 2008) adiciona o termo “indígena” tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Por fim, o Conselho Nacional de Educação – Conselho Pleno, em sua Resolução nº 1 (Brasil, 2004) no parágrafo primeiro do artigo primeiro informa sobre a obrigatoriedade da incorporação da educação para a compreensão das relações étnico-raciais no Ensino Superior. Sendo assim, existem

mecanismos que já tornam compulsória a educação das relações étnico-raciais no contexto brasileiro.

Além disso, já existem estudos que discutem sobre as disciplinas com visão afrocentradas. Conceição dos Santos e Rodrigues (2022) discutem sobre experiências de prática docente a partir de perspectivas afrocentradas na Comunicação Social. A partir da realidade material do desenvolvimento da disciplina Comunicação e Feminismo Negro no primeiro semestre de 2020 na Universidade Federal Fluminense, são apresentadas as etapas de construção da cadeira, assim como alguns de seus resultados. O artigo tem três momentos: 1) construção da disciplina; 2) metodologia e prática de ensino; 3) resultados da disciplina. Ele serve como um guia para a construção de disciplinas com viés afrocentrado, oferecendo soluções criativas, ainda mais em contexto de ensino remoto⁶, e, ao mesmo tempo, ter uma atitude fundada na luta antirracista.

Já em Neckel e Campos (2016) há uma investigação crucial sobre como 22 graduações de Jornalismo aplicam o ensino sobre as relações étnico-raciais em seus currículos na época. Notou-se que, diante da realidade daquele momento, ao invés do tema ser trabalhado em disciplinas obrigatórias — ou até mesmo ser oferecida uma disciplina obrigatória apenas sobre o assunto, como ocorre nas graduações de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da UFF —, “na maior parte das vezes [as temáticas eram trabalhadas] em disciplinas consideradas transversais nas grades curriculares” (Neckel e Campos, 2016, p. 141). Esse cenário acabava por não oferecer uma formação que incluísse, de forma obrigatória, o debate sobre raça e etnia.

Assim, se levarmos em consideração todo o processo de supressão das discussões das relações étnico-raciais, conforme aponto em minha tese, especificamente no capítulo 4, que discute sobre a história da publicidade brasileira sob o ponto de vista de uma pessoa negra (Conceição dos Santos, 2023), existem diversos assuntos que poderiam ser compartilhados e debatidos com os discentes inscritos nas disciplinas.

A título de exemplo, cito que o ensino da história da publicidade brasileira omite, ou pelo menos não dá a devida importância, às discussões étnico-raciais. Foram consultadas três obras que discutiam sobre a história da publicidade no Brasil, a saber: Branco (1994), Marcondes (2001) e Alvares *et al.* (2016). Como o racismo aparece dentro de categorias como a própria epistemologia — através do epistemicídio (Carneiro, 2005)

⁶ A disciplina foi ofertada durante o período pandêmico da Covid-19.

— e do *pouvoir-faire* (“poder fazer”) — na compreensão que o racismo negou certas possibilidades de existência da população negra —, pensei ser necessário sobrepor a todo esse arcabouço que impede o acesso a outros tipos de conhecimento, inclusive sobre a própria construção de realidade de pessoas negras brasileiras.

O que era omitido ou diminuído nos textos sobre a história da publicidade brasileira era a participação do setor comunicativo, tanto pelo jornalismo e da publicidade, da perpetuação do sistema de escravização vigente no século XIX aqui no Brasil. O dinheiro obtido com anúncios sobre pessoas negras em situação de escravização, seja através de compra e venda ou leilões, ou por meio de recompensas daqueles que estavam em fuga na posição de resistência, significaram fontes iniciais para o desenvolvimento da área da Comunicação no Brasil.

Conforme afirmo em trabalho anterior, “há um tipo de mercadoria que não é amplamente discutida com afinco no campo da história publicitária brasileira e fica relegada a um espaço de sete letras em meio a profusão de outros serviços e bens que são ofertados: o escravo” (Conceição dos Santos, 2023, p. 171). Com este trecho não quero lembrar da dor da escravidão, mas da importância do reconhecimento das condições reais de existência de pessoas negras naquela época como objetos e não como sujeitos pelas pessoas que detinham o suposto “direito” a serem, minimamente, consideradas cidadãs.

Isso não significa que pessoas negras não tinham subjetividades, mas que elas já eram desconsideradas naquele momento. Este cenário, dentro do encadeamento de ideias presente na neurose cultural brasileira, apontada de forma brilhante por Gonzalez (2020), em que se sabe sobre o racismo, mas ele é veementemente negado, é replicado dentro da academia, quando se é apontado que não existem possibilidades de inserção da discussão de relações étnico-raciais em disciplinas do ensino superior. Trata-se da negação das subjetividades e da importância de uma discussão que, nos dias de hoje, é central, pois implica no reconhecimento coletivo das implicações do racismo na vida cotidiana.

É por isso que aquilombar-se é preciso, ainda mais em termos do Ensino Superior em Comunicação. Se levarmos em consideração o trabalho de Silva (2023), a meritocracia sustenta todo um discurso baseado na colonialidade que institui um lugar de violência que é perpetuado e é reencenado, mas é preciso ter ginga para combater. Como uma brecha no sistema, a construção dessas disciplinas optativas não se assemelham à realidade apresentada no trabalho de Neckel e Campos (2016), tendo uma outra configuração: apesar da existência de disciplinas obrigatórias, isso não significa que a

discussão racial acaba nelas. Pelo contrário, por se tratar de um tema transversal e constituidor da sociedade brasileira, o racismo e os debates sobre as relações étnico-raciais precisam ser parte estrutural e disciplinas.

Essas disciplinas são uma forma de aquilobamento, como veremos a seguir, como um “comprometimento com as gerações anteriores que abriram esse caminho” (Silva, 2023, p. 219). Apesar do contexto da pesquisadora seja a entrada de pesquisadoras e pesquisadores na pós-graduação, através de coletivos que auxiliam nesse processo, essa citação também faz sentido na realidade do ensino de disciplinas no Ensino Superior. Como professor substituto, é meu dever oferecer o máximo no pouco tempo disponível com os estudantes que estão inscritos nas disciplinas que estou como docente. Nesse sentido, preciso oferecer aquilo que não tive e que não está disponível, uma vez que o corpo docente efetivo é formado apenas por professoras e professores brancos.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que busca compreender a realidade de disciplinas optativas que podem ser adaptadas para tratar sobre as relações étnico-raciais. Sua natureza é aplicada pois traz um caso específico de aplicação de relativo sucesso, com a intenção de oferecer novas possibilidades de trabalho com o tema buscando brechas. Como já apresentado, estamos utilizando a autoetnografia a partir da experiência que vivo enquanto professor substituto no curso de Jornalismo no Departamento de Comunicação Social da UFF. Os dados fazem parte das minhas memórias e das trocas de informações que estabeleci com outros profissionais — desde o coordenador do curso, passando por outros colegas docentes, assim como amigos que atuam na área — e, ao resgatar tais informações, ilustro os processos pelos quais passei. Por fim, em relação aos objetivos, é uma pesquisa descritiva pois recorre ao repertório vivido enquanto professor no primeiro semestre de 2024.

DISCUSSÃO SOBRE AS DISCIPLINAS

Sobre a experiência docente, iniciei procurando disciplinas optativas com ementa aberta para tratar sobre assuntos atrelados ao universo das relações étnico-raciais. As cadeiras de “Tópicos” chamou minha atenção por conta de ementas como a de “Tópicos especiais sobre o audiovisual I”: “palestras e seminários sobre inovações técnicas e

tecnológicas no processo de produção audiovisual e temas polêmicos envolvendo canais e redes de TV”. Ou seja, se lidar com o audiovisual no contexto do jornalismo, é possível pensar trabalhar com as questões étnico-raciais em uma disciplina como esta.

No que diz respeito à disciplina “Tópicos especiais sobre o audiovisual I”, inspirei-me das discussões sobre Feminismo Negro, em especial sobre os relatos de hooks (2022) sobre a importância do pertencimento de mulheres negras, principalmente da possibilidade de não mais se silenciarem, e decidi montar um curso sobre a representação das mulheres negras no audiovisual brasileiro. O que, em um primeiro momento, pareceu um grande desafio, uma vez que mesmo sendo um homem negro não consigo compreender o que significa ser uma mulher negra na sociedade brasileira, tornou-se a possibilidade de um aprendizado coletivo.

Por meio de experiências únicas, como a exibição do curta-metragem “Kbela: o filme” (2015) que trouxe inúmeras questões para a turma, ou ao trazer exemplos de racismo exibidos em novelas na televisão brasileira, consegui perceber, de outras maneiras, como é o impacto do racismo quando associado ao sexismo. As alunas negras da disciplina falaram de suas experiências, por exemplo, com o uso de produtos químicos como cremes para “controlar” ou “modelar” seus cabelos. Ou seja, a experiência cotidiana atravessada com a “realidade” transmitida pela televisão.

Assim, minha fala é em razão de aprender para ensinar, ouvir as vozes ancestrais de mulheres que lutaram tanto para que hoje tenhamos o espaço que conseguimos em termos acadêmicos. A bibliografia contém apenas mulheres negras, com exceção de um texto que selecionei da minha própria produção. Todos esses textos complexificam não somente o lugar da mulher negra na sociedade brasileira, mas contribuem para discussões sobre o audiovisual em seus diferentes aparatos: telejornalismo, cinema, séries e televisão, respeitando a proposta da disciplina.

Além disso, conforme reforcei em todos os momentos da disciplina, a discussão racial está atravessada nas relações com o mercado. Diante da incorporação de inúmeras realidades antes negadas e/ou excluídas constantemente, foram substituídas por novos modelos de gestão que buscam ser antirracistas — mesmo que, efetivamente, não promovam o antirracismo. Nesse sentido, trata-se de uma tendência do mercado da área da comunicação, cada vez mais efervescente diante de aspectos de sustentabilidade e diversidade pregados como necessários nas mais diversas empresas.

Em relação à disciplina “Tópicos especiais em Mídia Impressa I”, a principal inspiração foi, justamente, a falta de discussões sobre a produção de anúncios em jornais do século XIX, discutida no capítulo 4 de minha tese (Conceição dos Santos, 2023). Além disso, o resgate de material antigo acessando a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional⁷ serve como uma fonte confiável para acessar um conteúdo de acesso complicado. Aprender sobre como a comunicação brasileira foi estruturada a partir de anúncios de pessoas em situação de escravização.

O curso foi estruturado para compreender como foi a trajetória da mídia impressa brasileira e sua relação com as questões pertinentes às relações étnico-raciais. Parte dos jornais brasileiros no século XIX, com a representação de pessoas em situação de escravização, passando pelos estereótipos vividos por pessoas negras em anúncios nas primeiras décadas do século XX, chegando na figura de Pelé como o responsável pela virada de sentido da representação de pessoas negras na mídia. Nos tópicos consecutivos são discutidas a beleza negra na mídia, os modos de invisibilidade, a representação negra no jornalismo impresso e a violência simbólica, terminando com a produção negra na mídia impressa.

Em ambas as disciplinas, desenvolvo uma técnica de iniciar com discussões consideradas controversas e que possuem um lugar na dor e, aos poucos, demonstro que passos foram dados, oferecendo uma perspectiva de esperança aos discentes matriculados nas disciplinas que estou ministrando. Assim como nos ensina Freire (2021), patrono da educação brasileira que se baseou no trabalho do educador e revolucionário Cabral (cf. 1979), além de ser uma das referências teórica de hooks, a educação deve ser colaborativa e, principalmente, deve ser um processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, as reações do corpo discente são imprescindíveis para compreender o que pode ou não ser discutido e de que maneira.

Algumas informações importantes sobre a formação dos alunos nos deram pistas da necessidade de maior intensidade da presença da temática das relações étnico-raciais no cotidiano do aluno. Em primeiro lugar, alguns alunos nunca tiveram acesso a bibliografia voltada apenas para discutir as relações étnico-raciais. Em segundo lugar, alguns deles não tiveram uma abordagem crítica em relação aos debates promovidos a

⁷ Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 07 de out. 2024.

partir das relações étnico-raciais. Assim, percebe-se a urgência da temática na formação inicial dessas alunas e desses alunos.

Gostaria de destacar a qualidade dos projetos finais das disciplinas. Como avaliação final, solicitei aos alunos que fizessem um produto, produzissem um resumo expandido sobre esse produto e apresentassem para a turma. Os resultados foram os mais variados, como a produção de uma revista que discutia sobre mulheres negras na Comunicação ou a discussão sobre o Jeremias, um dos poucos personagens negros retratados no gibi da “Turma da Mônica” que levou à reflexão sobre a utilização de recursos de simplificação das feições da personagem, que já não tinha grandes histórias ao longo do processo criativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desse quadro ainda inicial, já existem pistas importantes para compreender sobre quais são as possibilidades de construção de conteúdos sobre relações étnico-raciais em disciplinas optativas. A primeira delas é que para que haja esse movimento é necessário ter profissionais negras e negros atuando em universidades como docentes, pois são os responsáveis pelas construções de cursos a serem ofertados. Em segundo lugar, hoje já não há espaço para afirmações de falta de bibliografia ou de pesquisas com mérito acadêmico sobre o assunto, uma vez que, são estudos que vêm sendo prestigiados.

No entanto, é preciso observar que são estudos que, geralmente, não fazem parte do escopo de interesse, o que torna a obrigatoriedade das relações étnico-raciais como eixo de ensino ainda mais crucial nos currículos. Ainda, boa parte do alunado disse, de maneira informal e não sistematizada, que as propostas das disciplinas condizem com o poderia ser discutido, significando que tratar sobre relações étnico-raciais pode não significar a exclusão de abordar temas gerais pertinentes ao ensino de Comunicação na prática docente universitária.

REFERÊNCIAS

ALVARES, J. V.; BASTREGHI, L.; LIMA, S. C. F.; SIMÕES, V. A. P. A publicidade no Brasil e suas diretrizes. **EDUCERE - Revista da Educação**, Umuarama, PR, v. 16, n. 2, p. 171-180, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/educere/article/view/5966>. Acesso em: 28 jun. 2024.

BRANCO, R. C. Breve história da propaganda no Brasil. **Revista da ESPM – Escola Superior de Propaganda e Marketing**, São Paulo, SP, v. 1, n. 1, p. 89-96, jun. 1994. Disponível em: https://arquivo.espm.edu.br/revista/junho_1994/files/assets/common/downloads/publication.pdf. Acesso em: 28 jun. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação – Conselho Pleno. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 07 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso em 07 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm. Acesso em: 07 out. 2024.

CABRAL, A. **Análise de alguns tipos de resistência**. Bolama, Guiné-Bissau: Imprensa Nacional, 1979.

CONCEIÇÃO DOS SANTOS, P. H. **O mito da publicidade antirracista ou sobre o capital de representatividade**: por outro ética publicitária. 354f. Tese (Doutorado em Mídia e Cotidiano) – Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano – Instituto de Arte e Comunicação Social – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2023. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/33333>. Acesso em: 07 out. 2024.

CONCEIÇÃO DOS SANTOS, P. H.; RODRIGUES, G. Perspectivas afroncentradas de ensino em Comunicação: relatos de experiência docente. **PAULUS: Revista de Comunicação da FAPCOM**, [S. l.], v. 6, n. 12, 2023. DOI: [10.31657/rep.v6i12.626](https://doi.org/10.31657/rep.v6i12.626). Disponível em: <https://revista.fapcom.edu.br/index.php/revista-paulus/article/view/626>. Acesso em: 07 out. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 77 ed. Rio de Janeiro, RJ; São Paulo, SP: Paz e Terra, 2021.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: RIOS, F.; LIMA, M. (Orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2020b. p. 75-93.

hooks, b. **E eu não sou uma mulher?**: mulheres negras e feminismo. 10. ed. Rio de Janeiro, RJ: Rosa dos Tempos, 2022.

NECKEL, A. J.; CAMPOS, D. C. Formação sobre diversidade étnico-racial para jornalistas do Rio Grande do Sul. **Revista de Iniciação Científica da ULBRA**, Canoas, RS, n. 14, p. 132-143, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/ic/article/view/2056>. Acesso em: 07 out. 2024.

MARCONDES, P. **Uma história da propaganda brasileira**: as melhores campanhas, gênios da criação, personagens. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Ediouro, 2001.

SILVA, R. N. **Por uma ética coletiva negra**: os cursos para Pós-Graduação e o tensionamento do dispositivo de mérito. 2023. 264 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2023. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/20710>. Acesso em: 07 out. 2024.

VERSIANI, D. B. Autoetnografia: uma alternativa conceitual. **Letras de hoje**, v. 37, n. 4, p. 57-72 2002.